

Questão Discursiva 01243

Segundo o artigo 127, caput da Constituição Federal de 1988, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Interessa-nos, quanto à atuação do Ministério Público no Processo Civil, perquirir o alcance das expressões que o consideram essencial à função jurisdicional do Estado e o incumbem da defesa da ordem jurídica. Feitas tais considerações, responda fundamentadamente às perguntas seguintes.

a) No tocante à atuação do Ministério Público, as referidas expressões devem ser tomadas em seu sentido absoluto porque são as tarefas constitucionais da Instituição, devendo intervir, por isto, em todo e qualquer processo ou é possível interpretação diversa? Neste caso, quando o Ministério Público se torna o guardião da constituição e defensor da ordem jurídica?

b) Em que medida se pode relacionar o artigo 127 da Constituição Federal com o artigo 82 do Código de Processo Civil?

c) Tendo um incapaz ajuizado uma ação de usucapião, arguindo a prescrição aquisitiva ordinária de imóvel da União, deve o Ministério Público defender o incapaz, se essa foi a única razão de sua presença no processo, e deve defendê-lo tendo razão ou não?

d) Caio ajuizou uma ação de reparação de dano moral contra Tício em virtude de um acidente automobilístico, com danos materiais. O juiz da causa verificou que Tício à época do fato tinha 15 (quinze) anos de idade e mandou os autos com vista ao Ministério Público. Tício é estudante do ensino médio e tem pais vivos. Que providências devem ser adotadas pelo membro do Ministério Público? Neste caso, aplica-se a regra do artigo 84 do Código de Processo Civil?

Discorra em até 40(quarenta) linhas.